



Revista de História

ISSN: 0034-8309

revistahistoria@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

de Almeida, Leandro Antonio

A São Paulo subterrânea de João de Minas: versão ficcional de uma lenda urbana paulistana

Revista de História, núm. 164, enero-junio, 2011, pp. 331-351

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022064011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A SÃO PAULO SUBTERRÂNEA DE JOÃO DE MINAS: VERSÃO FICCIONAL DE UMA LENDA URBANA PAULISTANA

**Leandro Antonio de Almeida\***

Doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,  
professor de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## Resumo

O objetivo deste trabalho é entender como o escritor João de Minas se apropria das histórias sobre os subterrâneos paulistanos que circulavam na cidade na primeira metade do século para escrever um romance policial. Apontamos inicialmente algumas versões dessa história e a atuação de João de Minas no gênero policial em revistas ilustradas, para analisarmos mais atentamente a narrativa, o enredo e os temas do romance *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo*. Valendo-se da lenda urbana, o escritor estrutura um romance policial que mina alguns preceitos clássicos do gênero ao apontar as mazelas do povo e dilemas políticos dos anos 1930 em São Paulo.

## Palavras-chave

Subterrâneos • João de Minas • romance policial.

## Correspondência

Centro de Artes, Humanidades e Letras – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Rua Maestro Irineu Sacramento, s/n.  
Quartirão Leite Alves – sala 6  
Centro – Cachoeira – Bahia – Brasil  
CEP 44300-000  
E-mail: leandroalmeida@hotmail.com

\* Este trabalho é parte do doutorado sobre a recepção da obra de João de Minas, orientado pelo prof. dr. Elias Thomé Saliba. Foi escrito para a disciplina de pós-graduação Literatura e História na América Latina, ministrada no primeiro semestre de 2009 pelo prof. dr. Júlio Pimentel Pinto.

# THE UNDERGROUND SÃO PAULO OF JOÃO DE MINAS: THE FICTIONAL VERSION OF A PAULISTA URBAN LEGEND

Leandro Antonio de Almeida\*

PhD in progress in Social History program at Universidade de São Paulo, professor  
of History at Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

## Abstract

This study aims to understand how João de Minas appropriate stories about under-  
grounds of São Paulo, common stories in town until half 20<sup>th</sup> century, to plot a crime  
novel. First, we show some versions of that story. After, we show how João de Minas  
published crime fiction in illustrated magazines. Then, we analyse the narrative, plot  
and themes of novel *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo* (*In São Paulo's mys-  
terious undergrounds*). Using a urban legend, the writer structures a crime novel that  
subvert some classical rules of genre when he points out people problems and political  
dilemmas of São Paulo thirties.

## Keywords

Undergrounds • João de Minas • crime novel.

## Contact

Centro de Artes, Humanidades e Letras – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Rua Maestro Irineu Sacramento, s/n.  
Quarteirão Leite Alves – sala 6  
Centro – Cachoeira – Bahia – Brazil  
CEP 44300-000  
E-mail: leandroaalmeida@hotmail.com

\* This paper is part of a Ph.D in progress about João de Minas' fictional work reception. Advisor:  
Elias Thomé Saliba (PhD). This paper was written to the postgraduate course "Literature and  
History in Latin America", taught by Julio Pimentel Pinto (PhD).

## Os misteriosos subterrâneos jesuíticos

Expulsos da colônia portuguesa pelo marquês de Pombal, no ano de 1759, os jesuítas deixaram no Brasil não somente os colégios e bens confiscados. No imaginário popular, também deixaram dúvidas e especulações sobre a existência de “misteriosos” túneis subterrâneos, por vezes repletos de tesouros escondidos.

Não que as galerias subterrâneas não fizessem parte da arquitetura jesuítica ou que estas não guardassem objetos de valor, como mostram os estudos sobre os colégios e igrejas de Salvador, São Luís, Olinda, Rio de Janeiro, São Paulo e São Nicolau (Sete Povos das Missões-RS). Acontece que tais elementos foram fontes profícuas de narrativas orais e escritas, além de algumas reflexões historiográficas, que atravessaram séculos. Elas variam em torno de um motivo central: tendo gozado de imenso prestígio intelectual e poder político desde o início da ocupação do território americano, os jesuítas teriam acumulado riquezas fabulosas ao longo dos séculos. Para guardá-las ou para se protegerem de povos hostis numa terra estranha, teriam construído uma intrincada rede de túneis subterrâneos sob as igrejas das vilas e cidades coloniais. Quando expulsos pela Coroa, teriam escondido toda a riqueza em galerias secretas, à espera de um aventureiro sortudo que as encontrasse.

Na busca de fundamentos empíricos, alguns historiadores se debruçaram sobre o assunto nas diversas cidades onde tais histórias circularam, valendo-se de documentos oficiais, fotografias, memórias, ficção, relatos orais, aliados à arqueologia e arquitetura, para averiguar as matrizes das narrativas. É o caso de Carlos Kreb no Rio Grande do Sul, Silva Campos na Bahia e, mais recentemente, Paula Janovitch e Carlos Kessel no Rio de Janeiro, quando analisam dois séculos das tentativas de busca de tesouros pelos subterrâneos do Morro do Castelo.

São Paulo, cuja fundação é profusamente associada ao colégio dos jesuítas, também teve sua versão da história ou lenda. Mas aqui, ao contrário das outras cidades, deixou parques e rápidos registros escritos, apesar de ter circulado oralmente e ainda ser lembrada, tal como longínquo eco do passado expresso no “já ouvi falar”, por alguns habitantes mais antigos com os quais conversamos. Por exemplo, no livro *Metrópole* (1950), de Nuto Santana, o historiador paulista aponta que “lendas que andam na boca do povo, sucedendo de geração em geração, dizem que os Jesuítas, que residiam próximo, no convento junto à Igreja do Colégio, cavaram um fundo subterrâneo, com misteriosas entradas e saídas, onde guardavam os tesouros, os quais ainda lá devem estar escondidos.” Sua hipótese é de que a lenda dos tesouros talvez se relacione à proximidade da Casa de Fundição, fronteira ao Pátio do Colégio. Assim

o pátio é efetivamente evocativo: nele nasceu a cidade, nele os Jesuítas e os povoadores, escudados pelos índios da tribo de Tibiriçá, que os chefiou, resistiram aos assaltos de 1562, triunfando definitivamente sobre os contrários. Viu partirem as bandeiras. Foi o centro domiciliar dos que nos dirigiam espiritual e politicamente. E também o centro econômico, com sua Casa de Fundição. Foi tudo: a Força, o Poder, a Ordem, o Cérebro e, principalmente, o Coração.

Na mesma época, Afonso Schmidt dá notícia das mesmas histórias acerca dos subterrâneos paulistanos ao notar que “aqui em São Paulo, de quando em quando, os trabalhadores da água ou do gás, rasgando profundamente a terra, sentem que a cavadeira deixa de encontrar resistência e diante de seus olhos pasmos desmorona o teto de um caminho subterrâneo”. Após informar que “o último desses encontros, que se saiba, deu-se em fins de 1944, na Rua da Liberdade” e que “nos encontros anteriores, os operários juntaram cacos de vasilhas de barro e, segundo me foi dito, moedas de cobre”, o cronista arremata referindo-se à versão da história que chegou a seus ouvidos: “Os antigos eram de opinião que esses caminhos ligavam entre si os conventos de São Paulo do Campo”. Assim como Nuto, atribui a existência dos subterrâneos aos perigos enfrentados pelo incipiente entreposto dos adeptos de Cristo na América:

Naquele tempo, a vila não era tão pacata, nem tão segura. O Colégio apresentava-se, segundo se acredita, cercado de bastiões de taipa, onde, nas horas difíceis, os reinóis e seus aliados, aperrando trabucos boca-de-sino, defendiam-se da indiada colérica. Natural é, portanto, que os paulistanos, como os santistas, se entregassem a obras permanentes de defesa, tais como a pretendida ligação subterrânea entre as fortalezas da época, que eram os conventos. Cercados no Carmo, os frades abriam uma passagem dissimulada do altar e se passavam para Santa Teresa. De Santa Teresa para São Bento, de São Bento para São Francisco, ou então, para fora de portas do lado contrário àquele que ululava o gentio assanhado. As galerias de São Paulo existem. Ou, se já não existem, existiram no tempo em que eram indispensáveis à defesa de um grupo de homens, cercados de mistérios e de perigos (Schmidt, p. 52).

Em São Paulo, assim como no Rio de Janeiro,<sup>1</sup> tais histórias em torno das descobertas de túneis subterrâneos serviram de tema para escritores exercitarem

<sup>1</sup> Pensamos aqui nas reportagens de Lima Barreto (*Correio da Manhã*, Rio, 1905), quando foram encontradas galerias subterrâneas no Morro do Castelo. Além de acompanhar a escavação, o escritor criou um folhetim que se passa no século XVIII no Rio de Janeiro, que narra um triângulo amoroso em torno de membros da nobreza europeia no Brasil, um jesuíta amante de uma donzela casada com um comerciante português, que chega à sua casa por túneis subterrâneos. Apaixonada por Duclerc, escreve-lhe uma carta, motivo pelo qual o pirata francês teria invadido a Guanabara. O sacerdote amante é preterido e, segundo o romance, assassina Duclerc e a adúltera escapa ao

sua ficção e captar o interesse do público. Este artigo se dedica a analisar a referência romanesca encontrada até o momento sobre a versão paulistana lenda: o último livro publicado pelo escritor João de Minas (Ariosto Palombo, 1896-1984),<sup>2</sup> justamente intitulado *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo*.

## Um detetive para a pauliceia – João de Minas e o gênero policial

O interesse de João de Minas pelo tema talvez seja indício da ampla circulação destas histórias em São Paulo, tendo em vista que este escritor tinha um senso de oportunidade de tal forma aguçado que o levava a abordar em romances, contos e crônicas os assuntos palpitantes do momento. Na sua obra sertanista tratou dos supostos crimes da Coluna Prestes nas suas crônicas-reportagens de *Jantando um defunto* (1929), aventurou-se pelo Araguaia em *Farras com o demônio* (1930) e saiu em busca de Fawcett em *Horrores e mistérios dos sertões*

---

final pelos túneis secretos.

- <sup>2</sup> João de Minas era o pseudônimo utilizado pelo jornalista Ariosto Palombo para assinar artigos e livros. Nasceu em Ouro Preto por volta de 1896 e, a partir de 1915 tornou-se revisor de *O Minas Gerais*, diário oficial da capital mineira. Em 1920, mudou-se para Uberaba onde colaborou no *Lavoura e Comércio* até o final da década. A partir de julho 1927, passou a escrever dominicalmente para o carioca *O Paiz*, enviando seus artigos de Uberaba. Pela editora desse jornal, em 1929, lançou seu primeiro livro *Jantando um defunto*. Em setembro, foi a vez de o jornal paulista *O Correio Paulistano* passar a receber os seus textos. João de Minas fez campanha ao lado dos paulistas para as eleições presidenciais de 1930, como membro da Concentração Conservadora, partido político mineiro que rompeu com o presidente Antonio Carlos e com o PRM quando se formou a Aliança Liberal pró-Getúlio. Talvez em função disso ganhou uma editoria política no jornal *O Paiz*, e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1930, lançando mais dois outros livros intitulados *Farras com o demônio* e *Sangue de ilusões*. Com o movimento de outubro que destituiu Washington Luís, João de Minas fugiu para Uberaba e daí para a Argentina. Retornando do seu exílio, estabeleceu-se em São Paulo, primeiramente nas cidades de Franca e Araraquara em 1932 e, em 1933, veio para a capital trabalhar no gabinete de seu amigo Dirlendo de Assis, então secretário de Viação e Obras Públicas da interventoria de Waldomiro de Lima. Colaborou por dois meses (junho e agosto) no *Jornal do Estado*, o diário oficial, até o fim da administração de Waldomiro, em agosto. A partir daí, reorientou sua carreira, dedicando-se apenas à ficção. Recuperou seus escritos sertanistas, mixando e reeditando seus dois primeiros livros sob os títulos *Mulheres e monstros* (1933) e *Pelas terras perdidas* (1934) e lançando um novo, o *Horrores e mistérios nos sertões desconhecidos* (1934). Mas o forte de sua produção dessa fase foram os livros urbanos da coleção Revolução Sexual Brasileira, inspirados em Benjamin Costallat, cujos títulos revelam o teor: *A datilógrafa loura* (1934), *A mulher carioca aos 22 anos* (1934), *Uma mulher...mulher!* (1934), *Fêmeas e santas* (1935) e *A prostituta do céu* (1935). Em 1936, adentrou o gênero policial, publicando *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo*. Despediu-se da literatura com uma segunda edição de *A mulher carioca aos 22 anos*, em 1937, pois, a partir de 1935, estabeleceu uma seita religiosa, a Igreja Brasileira Cristã Científica, com doutrina eclética de matiz nacionalista, fundada no catolicismo popular, no espiritismo, na umbanda e no esoterismo. Adotando um novo pseudônimo, Mahatma Patiala, sua atividade na igreja ocupou seus esforços até pelo menos 1969 e produziu quatro edições de uma bíblia cujo primeiro volume, lançado em 1957, intitula-se *A Vida começa na ciência divina*. João de Minas morreu em Boituva em 1984.

*desconhecidos* (1934). Quando incitado por João Ribeiro e Veiga Miranda a queimar sua verve na ficção romanesca, seguiu o filão dos sucessos de Benjamin Costallat e publicou os romances da sua “Coleção Revolução Sexual Brasileira”, começando pelos ideais e vícios cosmopolitas do Rio de Janeiro em *A mulher carioca aos 22 anos* (1934), passando pela questão proletária paulistana em *A datilógrafa loura* (1934), tratando da Revolução Constitucionalista de 1932 em *Uma mulher... mulher!* (1935) e abordando, numa época de popularização do espiritismo e esoterismo, o além-túmulo numa paródia à *Divina comédia* intitulada *A prostituta do céu* (1935).

No momento da sua reorientação para os temas urbanos,<sup>3</sup> quando começa a publicar romances de costumes com protagonistas femininas, o escritor decide atuar também no gênero policial. Para isso, criou o repórter e detetive amador Paulo Borborema, “imortal filho de Campinas, e melhor que Sherlock Holmes”. No âmbito da polícia oficial, o detetive contracenava com o incompetente dr. Abelardo Laurentino (diretor da Delegacia de Crimes de Morte, “popularmente denominada a Scotland Yard Paulista”), com seus subordinados Carapiá, Pedrão e o escrivão Caminha, e com o “honrado” sub-chefe de Polícia do Estado de São Paulo, dr. Hugo Calazans, amigo do protagonista e chefe de Laurentino. A confidente de Borborema é a sua tia Graciema, que mora com ele e o auxilia na solução de alguns casos.

Tais personagens circulavam nos textos policiais de João de Minas desde seus primeiros contos publicados no *O Malho* em 1934: “A espantosa tragédia do arranha céu Martinelli” (25-jan.), “Horripilante assassinato à metralhadora, em São Paulo” (12-abr.), “O mistério dos 55 dedos cortados, em São Paulo” (12-jul.) e “O misterioso assassinio do milionário das estátuas de ouro” (08-nov.). Eles devem ter chamado a atenção dos editores, pois os três primeiros pautaram as ilustrações das capas nos números em que saíram. Anos depois, em 1936, o escritor pretendia reunir esses e outros contos (que ainda estão para ser encontrados em periódicos), chegando a anunciar o volume como pronto e divulgando seu sumário.

<sup>3</sup> Os livros sertanistas são todos de composição anterior a 1930: *Horrores e mistérios nos sertões desconhecidos*, apesar de publicado em 1934, foi composto quase todo na década de 1920, mas o autor não conseguiu publicá-lo. Além disso, *Mulheres e monstros* (1933) e *Pelas terras perdidas* (1934) são reedições de livros já publicados, este contendo alguns contos inéditos. Dos livros de temática urbana, apenas *Fêmeas e santas* (1935) tem a composição dos seus contos datada de 1930. Mesmo sem espaço para desenvolver a questão, notamos que as alterações nas versões publicadas após 1934 se aproximam da perspectiva derrisória de seus romances urbanos.

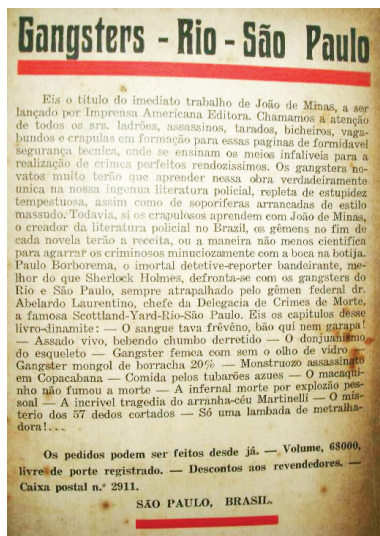




Capas da revista *O Malho* (impresso em 1934) ilustrando os contos policiais de João de Minas

As narrativas de *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo* provavelmente saíram em folhetim nos *Diários Associados* em quatro estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Pernambuco), entre 1934 e 1935. Antes de publicá-lo integralmente, um trailer com os dois primeiros episódios apareceu na miscelânea *Fêmeas e santas* (1935). O livro completo finalmente saiu em julho de 1936, sob a rubrica da Imprensa Americana Editora, seguindo o costume da época, mencionado por Hallelwell, que levava os escritores a publicar livros com nomes de editoras fictícias.

A linguagem dos títulos dos contos, repleta de adjetivos (misteriosos, horripilantes, assombrosos, espantosos etc.), superlativos e substantivos de impacto (assassinato, tragédia etc.), aos quais se coaduna o caráter de verossimilhança constantemente enfatizado, assemelham-se muito às manchetes das páginas policiais assim como aos folhetins publicados na imprensa. O anúncio do romance segue



Última capa de *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo*, com propaganda de livro policial a ser lançado por João de Minas





Capa de *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo*, com foto de João de Minas

esse padrão, pois nos jornais é alardeado “o romance de aventuras mais assombroso que já se escreveu no Brasil”, e o livro traz o subtítulo “assombroso romance sexual-policial absolutamente possível”. Incorporada na narrativa, tal uso da linguagem visa captar a atenção do recém-letrado “grosso público”, como era chamado à época, apontando como leitor visado o segmento social mais amplo que o restrito círculo de intelectuais.

Confirmando nosso pressuposto sobre o leitor visado de João de Minas, o aspecto sensacionalista da sua prosa foi reprovado no único texto que encontramos sobre *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo*, uma nota de lançamento feita por Brito Broca na seção de livros novos do jornal

*A Gazeta* (São Paulo, dez. 1936). Avaliando-o pelos conceitos da alta literatura, diz que “os seus cartazes berrantes, a sua feira de adjetivos, a sua autopropaganda estardalhaçante” faziam com que o escritor não fosse levado muito a sério, mesmo reconhecendo o seu real talento como prosador. Contrapondo-se à ficção para conquista do grande público, acha que “seus méritos literários deviam incliná-lo a aspirar uma glória maior do que o de um folhetinista de sucesso”. Apesar de reprovar o defeito de “querer chamar a atenção demais”, o crítico elogia o livro, pois o considera uma obra “interessantíssima” no gênero, “um romance movimentado e perturbador, excelente leitura para os amantes dos mistérios e enigmas. João de Minas sabe criar o interesse numa história e esboçar quadros com vigor impressionista”. Talvez por falta de espaço não tenha mencionado nenhum aspecto concreto da narrativa, tecendo considerações vagas que deixam o leitor sem saber sequer o fio da história ou enredo. Ao analisá-los veremos como os objetivos do autor iam além de propiciar mera diversão aos leitores.

### **No rastro de Borborema – a (tortuosa) narrativa de *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo***

Uma característica de alguns livros de João de Minas é a elisão temporária do tema anunciado nos títulos ou nos subtítulos. Neste não foi diferente. Apesar de anunciar um romance sobre os subterrâneos paulistanos, a versão que o escritor

mineiro tem da famosa lenda se mantém num plano invisível ao leitor, mas central na arquitetura da trama. Assim, utiliza um artifício próprio do gênero policial: os mistérios dos subterrâneos são revelados apenas no fim (todo o episódio 12), junto com a solução dos crimes, conduzindo a história para um instante final no qual se fundem clímax, revelação e desenlace.

Sendo assim, a narrativa, desenvolvida em 12 episódios, trata da investigação de Paulo Borborema acerca dos crimes dos *gangsters* Olhos Brancos, que extorquem dinheiro de pessoas riquíssimas de São Paulo e desafiam o poder público, em especial a polícia. Os crimes e a investigação do detetive-amador são os pontos nodais do enredo.

Os crimes que Olhos Brancos cometem são quatro. O primeiro é o sequestro da cabeça da jovem rica e devassa Clotilde Ronelli, misteriosamente decepada quando a moça caiu de avião no vale do Anhangabaú. É feito um pedido de resgate à mãe, imigrante bem-sucedida por ser dona de uma famosa fábrica de sapatos. Após a tentativa desastrosa de intervenção da polícia, em que um agente é morto (segundo crime), o resgate é pago pela idosa senhora. O terceiro alvo é Sérgio Estader, raptado por ser um médico corrupto que cobrava preços exorbitantes da população pobre, deixando muitos morrer sem tratamento adequado. Por se desentender com um dos *gangsters* que queria “possuir” sua filha, acaba sendo morto e deixado numa rua de São Paulo. Por fim, o quarto crime é a explosão do prédio Cidade Lamas, em construção pelo bicheiro espanhol de mesmo nome. O prédio foi alvejado porque teria o privilégio de concentrar todo o meretrício municipal e outros vícios, e na sua cobertura seria colocada uma imensa estátua do bicheiro “como um Cristo no Corcovado”. O quinto crime, que não chega a se concretizar, é a contínua extorsão dos donos dos principais edifícios paulistanos, sob ameaça de explosão, sendo o primeiro alvo o maior e mais famoso deles na época, o Martinelli.

Entrementes, Borborema procura seguir o rastro dos crimes, à moda do romance *noir*, no qual o agente investigador se aventura em busca dos bandidos, correndo perigos. Nas suas investigações, sofre a concorrência de Laurentino, o diretor da delegacia de Crimes de Morte, mas é auxiliado pela sua tia Graciema, pelo sub-chefe de polícia Hugo Calazans e pelo alagoano Severino, diretor do jornal *Tiro de Sal*. Também faz amizade com um casal de jovens enamorados: Helena Estader, filha do médico assassinado, e Roberto Paes Leme, filho do engenheiro e empresário do Petróleo Albanes Paes Leme, um dos integrantes da quadrilha. O primeiro desafio do detetive ocorre após o resgate pago pela sra. Ronelli, quando desafia os criminosos pelos jornais, motivo pelo qual é sequestrado, levado para o esconderijo dos Olhos Brancos e depois solto, dopado e nu, no centro da cidade. O segundo acontece quando estava prestes a deixar o país rumo a Buenos

Aires, num plano para despistar os bandidos. Por acaso descobre a identidade dos *gangsters* e sofre uma tentativa de assassinato em sua casa. Dado como morto, o detetive aparece no final para prender os criminosos e explicar a resolução do caso.

Se atentarmos para a dimensão da enunciação, verificamos que o enredo, complicado de ser descrito, é sinuoso e entrecortado por comentários e digressões do narrador em torno das personagens e ideias, por *flashbacks* e por inúmeros diálogos ou sub-episódios representando várias situações do cotidiano paulistano. Todos são ligados à trama principal de dois modos. O primeiro, mais atenuado, é o comentário ou descrição irônica do narrador, o qual, ao final do livro, revela-se ser o próprio João de Minas, que recebe um abraço de Borborema por ter “a exclusividade mundial de narrar as minhas façanhas, aliás modestas, e que muito me ajudou com seus conhecimento de tudo que faz o detetive supremo, científico, biológico.” (p. 190). O segundo é valer-se das personagens num diálogo ou comentário em que a fala contrasta com seu caráter.

Tais procedimentos são recorrentes nos outros romances sexuais do escritor, em que abundam a hipocrisia e a exploração dos pobres, fracos e ingênuos. Mas, enquanto neles se enfatiza a crítica dos costumes conduzida pelos dramas amorosos e sociais das protagonistas femininas, neste romance policial a ênfase recai sobre a corrupção (policial, política e econômica), sobre a condição do operário e sobre a (falsa) identidade paulistana. Através dos comentários e digressões, João de Minas procura expor aos leitores, ao longo de toda a narrativa, aspectos preteridos pelos discursos hegemônicos que pautam a identidade da metrópole paulistana, construídos em torno do lema de velocidade, trabalho, mobilidade e progresso, sob a simbologia do bandeirante ou o primitivismo indigenista (Saliba, 2004, p. 558 e ss.).

Percebe-se que a questão proletária é ressaltada. Valendo-se de temas do movimento operário na época, em especial dos anarquistas, apresenta a precariedade do trabalho pelos anseios da rica Helena, que “tinha inveja de todas as moças que trabalham para viver, ou para envelhecer, o que na mulher é uma forma de morrer duas vezes, (...) como um burro numa casa comercial, no fundo pestilento de um escritório, diante de uma Remington, ou batendo as ruas agarrada a uma pasta, oferecendo a venda de mercadorias etc.” (p. 76-78). Satiriza os preconceitos da polícia na figura de Carapiá, que “tinha a especialidade de agarrar malandros, e para ele todo o sujeito mal vestido e que fora despedido de um emprego era malandro” (p. 29). O autor não desconsidera também o ritmo alucinado do cotidiano do “proletário bandeirante”, o qual, “estrangeiro ou não, além de andar depressa para chegar depressa, não sabe olhar, ou melhor, não sabe ver. Ele parece só olhar para o chão, e apenas o bastante para não entrar debaixo de um bonde, de um automóvel ou do carroção da limpeza pública.” (p. 83-84).

O problema da modernidade surge também no debate sobre os costumes. No plano das instituições, contrapõe o tema anarquista do amor livre ao casamento, defendido na resposta negativa de Helena ao pedido de Roberto, pois para ela “toda moça que se casa, no dia seguinte ao casamento estranha o marido. O casamento tapou o namorado da véspera, envelheceu-o, deu-lhe um ar de patrão, de dono de um contrato. (...) Não há moça que não chore o assassinato do seu namorado da véspera” (p. 126). Também ecoa o debate entre a mulher tradicional e a moderna, expresso na loucura de Joaquina, causada pela morte da filha Clotilde: “Vocês morreram como rezes no corte (...) porque não quiseram ficar em casa (...) como eu fazia, ao lado do meu marido, no sistema antigo. Vocês quiseram bancar o modernismo, e saíram para a rua, como fazem os homens, e agora tiveram o pago... foram para o açougue, suas tipas!” (p. 39-40).

Já a corrupção aparece de diversos modos, seja na devassidão dos ricos como Clotilde Ronelli, “que vivia pelas garçonieres chics bebendo champagne, e dizem que entregue a amores invertidos, cheia de dinheiro...” (p. 134); nas doações ilícitas à Igreja ao “rev. Sebento, isto é, Bento, acostumado a receber esmolas fartas de Lamas” (p. 111); e, principalmente, na propina paga aos policiais: “teve sorte do doutor não te meter no xadrez – dizia Carapiá ao bicheiro [Lamas], com o carinho compatível com a multa diária de oito mil réis que o contraventor há anos pagava ao secreta” (p. 109).

A ênfase maciça na identidade paulista dos anos 1920 e 1930, evocada pelo governo, alardeada pela imprensa e debatida por muitos intelectuais, é desmontada no romance de João de Minas, em geral utilizada pela retórica vazia e interesseira de personagens como Laurentino: “Você sabe, meu caro Paulo, que eu sou todo franqueza, e me pélo pelo bem público... melhor direi... Pelo bem de São Paulo!” (p. 11). Mas também aparece na voz do narrador, que ironicamente satiriza a inocuidade dos valores patrióticos da cidade. Em uma cena da delegacia de crimes, a contratação do novo contínuo foi motivada pela piedade de Laurentino, pois aquele “era um antigo capitão comissionado, herói invicto do Tunnel em 32. Ele estava morrendo de fome nas esquinas do Triângulo, mostrando uma capa d’*A Cigarra*, em que ele aparecia envolto na bandeira paulista, com o capacete de aço furado de balas” (p. 145).

Dentre os temas apresentados, o mais recorrente discute a natureza do poder político. Antecedendo o episódio da explosão do prédio do bicheiro Lamas (4º crime), este recebe uma carta de aviso dos Olhos Brancos. Então procura a polícia, um padre e o próprio Borborema, sem obter ajuda alguma. O motivo é comentado pelo narrador:

Os Olhos Brancos eram os vencedores em toda linha, e a polícia era vencida em toda a linha. Logo – ai dos vendidos! – o melhor negócio era ficar com os vencedores, que (pelo fato inviolável da vitória) para os espíritos práticos passavam a ser o poder, quer dizer, a representação humana do Direito, da Justiça, e quase que da Ordem... (p. 115).

Dois capítulos adiante, repreendendo Lamas por ter publicado um artigo criticando a falta de ajuda da polícia, é a vez da personagem Laurentino dizer:

os Olhos Brancos até aqui venceram, mostrando terem o poder, e exercerem o poder; ora o poder é um só, esteja nas mãos de um bandido, esteja nas mãos de um tribunal; é o poder, é a força bruta! É preciso muito cuidado que esse poder, de particular, não se torne público... E nesse caso então o pior bandido pode na hora em que quiser passar a ser o presidente da República, ou o rei (p. 134).

É de se esperar esse discurso na boca de uma personagem que, no romance, parece ser ineficiente em função mais da corrupção que da inépcia. Mas o mesmo discurso vem na boca de um dos “mocinhos”, Hugo Calazans. Ao receber Laurentino, o sub-chefe aventa algumas estratégias de contenção dos Olhos Brancos, como censura à imprensa para evitar a publicidade dos crimes dos *gangsters*, e uma recompensa milionária a quem oferecesse informações que levassem a sua prisão. Caso esses procedimentos falhassem, o último recurso seria um acordo com os bandidos:

O governo faz desses acordos a cada passo. Os bandidos com quem o governo transaciona, dando-lhes dinheiro e comissões na Europa, nem sempre são da mesma espécie. Mas são sempre bandidos. Pelo menos, o governo os teme... Agora, pagos em ouro, caberia aos Olhos Brancos irem passear a Europa, sem a massada de fiscalizar consulados (...) O governo, seu Laurentino, quer é o poder. Qualquer coisa que queira encrencar esse queijo saboroso, merece uma comissão na Europa... (p. 143).

Como em outros diálogos, a referência era ao momento anterior à Revolução de 30, no qual João de Minas, tendo combatido ao lado das oligarquias, teve que fugir para a Argentina quando se instaurou o novo regime. Ao retornar, fez oposição aberta a Getúlio Vargas tanto em artigos como na sua ficção, utilizando argumentos veiculados pela oposição do PRP, como qualificar o regime de “ditadura”. Por exemplo, João de Minas retoma um argumento perrepista que atribui à imprensa o clima de insatisfação pró-revolucionário da população, nos meses anteriores a outubro de 30, inserindo-o no romance pela observação de Laurentino para justificar a censura:

O caso destes bandidos Olhos Brancos (que podem ser comunistas... quem sabe?) no fundo se parece com os revolucionários, a gente de Outubro. (...) Se, lançada a candidatura do

Julinho [Julio Prestes] (e eu o digo com o devido respeito...), o Barbado [Washington Luís], pondo aliás as barbas de molho, proibisse a publicidade da Revolução... não havia 24 de outubro. É absolutamente impossível o triunfo de qualquer partido político sem publicidade, assim como acontece com os sabonetes, a gasolina, o azeite de Algodão Bertolli etc. (p. 131).

Para o delegado a população, leitora da “imprensa amarela”, começa a simpatizar com os criminosos (algo que foge ao padrão do gênero policial), pois seus crimes afetam apenas os ricos e poderosos, com viés moralista. O escritor procura deixar claro o temor que rondava as classes altas e a polícia que as serve:

Infelizmente para o público, na sua maioria proletário, a ideia de crime não tem mais o eco jurídico anterior (...) Um assassinato, se é hoje em dia cometido contra um milionário, é um crime diferente, quase não é assassinato (...) o povo, pois, vê nos Olhos Brancos verdadeiros beneméritos... quiçá agentes do paraíso terreal comunista... Pelo menos, ultimamente, a imprensa amarela estava descambando para essa perigosa publicidade... criando-se mais a balela de que os setecentos contos furtados pelos bandidos iam ser distribuídos aos pobres. Proibimos, por isso, a publicidade dos infames! (p. 134).

Apesar de representar o movimento de 30 ficcionalmente de modo depreciativo, João de Minas não defende regime político algum, mas os concebe como poderes instaurados pela força bruta. Ao expor a lógica do poder, o autor dá um tom irônico que mina uma das premissas do gênero policial, a defesa de uma ordem justa e consensual à qual se opõe o crime. O confronto não ocorre entre uma ordem normal (moralmente fundada) contra elementos desviantes a serem combatidos e suprimidos, mas entre dois poderes “bandidos”, de mesma natureza, um estabelecido na estrutura do Estado e o outro desafiando-o.<sup>4</sup> O cúmulo da inversão e distanciamento do gênero acontece quando as massas passam a simpatizar com os criminosos, levando a polícia a tomar medidas drásticas (censura, contrapropaganda, prêmios, prisões etc.).

Assim, o mapeamento empreendido pelo escritor expõe o lado sombrio da euforia modernizadora que tomava conta da cidade, lançando dardos principalmente contra as classes altas. Por isso, Elias Saliba considerou a narrativa rocambolesca de

<sup>4</sup> João de Minas não foi o primeiro a se valer desse procedimento, mas lhe deu contornos peculiares. Para ver como foi utilizado nos anos 1920 por Coelho Neto e Medeiros e Albuquerque, veja a seguinte passagem de Sandra Reimão: “A crítica à polícia enquanto instituição e a denúncia de falhas no sistema judiciário, constantes em nossa literatura policial de enigma, fazem também com que boa parte das narrativas policiais brasileiras se situe de maneira diversa dos clássicos do gênero que são narrativas ‘delimitadoras de culpabilidade’, já que essa literatura nacional ‘espalha’ e aponta toda uma tessitura de culpas e omissões que, em nossa sociedade, contorna o crime. Além de indicar a possibilidade de impunidade mesmo quando há um culpado explícito” (p. 40).

*Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo* “uma síntese metafórica para onde convergem todas as histórias noturnas e anárquicas da identidade paulistana”, situando João de Minas ao lado de outros humoristas hoje esquecidos (Saliba, 2004, p. 584).

## Os subterrâneos paulistanos de João de Minas

Após explorar essa profusão de temas, ligando-os pelo fio da investigação de Borborema, no fim do penúltimo capítulo “dera-se o acontecimento incrível, delirantemente incrível: a quadrilha dos Olhos Brancos acabava de ser presa... com a boca na botija” (p. 175). Quando capturado pelos criminosos, o detetive pregou um alfinete no banco do carro, que permitiu à polícia identificá-lo. Simulando sua própria morte para despistar a atenção, conseguiu mobilizar a força policial para prender a quadrilha composta de cinco membros.

Então, no capítulo final (12), bem à moda do gênero policial, Borborema expõe a solução do caso<sup>5</sup> para seus ouvintes da Rádio Difusora Paulista. Num mesmo movimento narrativo, o escritor desvenda paulatinamente um duplo mistério: o dos túneis de São Paulo (que até então não haviam sido mencionados) e a constituição / atuação dos *gangsters*. Há, portanto, uma associação entre os subterrâneos e o crime, no caso um poder paralelo que desafia a ordem vigente. Tal associação fica evidente pelo fato de a quadrilha ter se identificado como Olhos Brancos, em alusão a uma raça de gatos, adaptada à escuridão por meio de olhos brancos e luminosos, que “não desapareceu dos subterrâneos, com o desaparecimento de seus históricos povoadores” (p. 182).

O relato radiofônico de Borborema principia pela apresentação da figura central da quadrilha, pai de seu amigo Roberto, o engenheiro Albanéz Paes Leme, “nascido em Pelotas, mas autêntico produto da fundação da raça levada a efeito pelo homérico Caçador das Esmeraldas”. O texto que introduz Albanéz segue um parágrafo sobre Fernão Dias Paes, tido como “fabricante geográfico de brasilidade, como também um fundador da raça botocuda”, ou seja, “ele plantava cidades, mas também plantava filhos por toda parte. Onde passava a bandeira do barbudo varão, nasciam cidades e garotos à beça. Era o pipocar da raça...” (p. 178). João de Minas como que acrescenta uma nota irônica à narrativa mítica paulistana, transformando-a também na jornada sexual de Fernão Dias, através da qual, no presente, “o notável engenheiro e industrial, especializado

<sup>5</sup> Na propaganda do livro, em 1935, a história concebida seria diferente: Paulo Borborema penetraria nos subterrâneos pelo Anhangabaú e impediria a explosão do Martinelli e de toda a nova praça da Sé, além de salvar Eurídice, uma operária raptada no Brás pelos *gangsters*.



em petróleos”, ganha uma “nobilíssima origem bandeirante” que, pela descrição anterior, seria de difícil comprovação.

A pretensa origem serviu-lhe de passaporte para a sociedade paulistana.<sup>6</sup> “São Paulo recebeu de braços abertos esse aristocrata, que se dizia milionário, ainda por cima” (p. 178). A fortuna atribuída a Albanez fora conseguida através do conto do petróleo, aplicado primeiramente na Bolívia e no Paraguai e depois em São Paulo:

Hoje há processos científicos absolutamente idôneos, fazendo que o conto do petróleo não possa ser punido criminalmente. A ciência prepara artificialmente “terrenos petrolíferos”, os otários fervilham ao redor desses terrenos, e os capitais esperançosos escorregam para os bolsos dos incorporadores. Em resumo: o herdeiro dos pulsos de Fernão Dias Paes Leme encontrou, em Vila Prudente, dentro da cidade pode-se assim dizer, uma jazida petrolífera. Funda-se a Companhia Sul Americana de Petróleo, pelo processo por que se fundam os bancos estrangeiros entre nós, quer dizer, sem nenhum dinheiro dos banqueiros... (p. 178-9).

É numa dessas perfurações fraudulentas na Vila Prudente pela companhia de Albanez que os túneis foram encontrados:

Abriu-se para os cinco patifes um mundo maravilhoso. Eles tinham descoberto a 8, 10, 16 e 32 metros dos alicerces desta cidade, no fundo da terra, colossais vácuos, galerias e salões, uma espécie de uma outra cidade pré-histórica arfando nas trevas úmidas, sob os pés dos bandeirantes de cara cheia de pó de arroz, dos nossos dias cinematográficos... Era formidável! (p. 179).

O escritor mineiro utiliza o motivo comum ao tema dos subterrâneos na modernidade, a descoberta a partir do trabalho de uma companhia numa reforma urbana (é o mesmo motivo das reportagens de Lima Barreto em 1905, também mencionado anos depois por Schmidt relativamente a São Paulo). Mas o autor associa a descoberta dos subterrâneos paulistanos ao estelionato, no caso a prática ilícita das “perfurações literárias” de petróleo, justificadas nos jornais pela publicidade que dava visibilidade à empreitada e conferia prestígio a Albanez junto à “*haute gomme*”. Assim, na ficção, a descoberta é norteada por uma fraude em torno da questão petrolífera, tema que ganhava tons ufanistas candentes na década de 30 do século XX, e que o escritor mineiro, apoiando Lobato, defendera

---

<sup>6</sup> João de Minas parece ter refinado o expediente que usou num romance anterior, *A datilógrafa loura*. Uma das figuras centrais, Alfeno, dizia-se paulista e usava o bordão “Tudo pelo Bem de S. Paulo” para legitimar suas negociatas. No fim do romance, bêbado, revela: “Minha vida é um romance, Altamira. Vou lhe contar um segredo... Eu não sou paulista nada! Sou mineiro, de Barbacena. Mineiro velho de guerra! Ali no duro! Mas minto que sou paulista, para tapear...” (p. 139).

em alguns artigos.<sup>7</sup> No trecho ficcional também nota-se que o alvo do estelionato eram os grandes investidores (a comparação com os bancos reforça a hipótese), cuja ambição de maior enriquecimento era suscitada por anúncios em jornais.

E legitimada através de um discurso técnico-científico falseador, evidenciando os usos perniciosos que a ciência poderia ensinar. Depois do estelionato, já como *gangster*, Albanez aplica “a engenharia furiosa do presente ao terror”, ao “fazer gatos mecânicos, servidos de dínamos e rádios, que nós vamos encontrar imitando os pequenos tigres que viviam de fato nessas lapas assombrosas”, usando-os como “órgão convincente e torturante das vítimas” (p. 182). Além do uso criminoso, o aparato científico é também questionado quanto aos seus limites, visto que o narrador se refere à “magia especial, mas de fundo científico” das tribos indígenas da América Latina, portadoras de um saber assombroso “que a ciência oficial não consegue explicar”. Na trama, um desses saberes, usado pelos Olhos Brancos, consistia em fazer “a pele humana despegar-se totalissimamente de todo o corpo. Tira-se do saco da pele, pelas costas, todo o corpo da vítima; e essa pele, depois de preparada, com a cor exatíssima do ser vivo, é um disfarce assombroso” que foi comercializado por Albanez para *gangsters* de todo o mundo. (p. 183)

Ao discorrer sobre os túneis, o narrador valeu-se de uma versão acerca dos motivos da construção dos subterrâneos, posteriormente também mencionada por Schmidt, segundo a qual “os jesuítas, de embrulho com os paulistas e mesmo os índios legalistas, no alvorecer do Brasil, é que tinham por motivos de guerra, entre outros, cavado aqueles pavorosos buracos, alastrando quase toda a área da hoje babilônica cidade” (p. 180). Percebe-se o exagero e seu papel na ficção, pois enquanto os relatos mencionados no início deste artigo circunscreviam os túneis, o escritor mineiro estende-os por todo o território paulistano. Essa extensão cria um paralelismo entre ambas as “cidades”, a subterrânea e a visível.

No contexto das grandes transformações urbanas pelas quais passava no processo contínuo de metropolização, o escritor faz ressurgir na ficção traços de uma São Paulo desaparecida, estabelecendo também uma relação passado-presente. À época, era também uma São Paulo mítica, no “alvorecer do Brasil”, fundadora da identidade presente (1936), povoada por “índios legalistas”, jesuítas,

<sup>7</sup> Os artigos foram publicados no *Jornal do Estado*, o diário oficial de São Paulo, em 1933, quando João de Minas trabalhava no gabinete de Dirlemendo de Assis, secretário de Viação e Obras Públicas da interventoria de Waldomiro de Lima: “De um editorial d’*A Gazeta*, de outro do Monteiro Lobato, às finalidades americanas da política econômica do general Waldomiro de Lima” (14/06), “Em torno a dois telegramas, aos srs. Monteiro Lobato e Assis Chateaubriand” (28/06), “Ouvindo e vendo Monteiro Lobato, ouvindo e vendo a imortalidade de Piratininga. De um discurso em 5 de julho às finalidades do patriotismo brasileiro” (11/07).

bandeirantes que, lembrando as outras versões dos túneis jesuíticos pelo Brasil afora, deixaram inúmeros artefatos: “nos subterrâneos misteriosos havia armas, ossadas, documentos, túmulos, câmaras de suplício católico, masmorras, leitos prostitutas”, “moedas grossas de ouro” (alusão aos tesouros escondidos pelos jesuítas, na época de sua expulsão, encontrados na perfuração que descobriu os túneis), “trabucos sublimes, do tempo das Bandeiras” (usadas no assassinato de um policial no Anhangabaú), “um facão de mato mourisco, uma joia de pirata numa bainha cravejada de pedras finas” (cujo “aço, depois de passados os séculos, ainda ardia de tanto afiado”, foi usado para cortar a cabeça de Clotilde Ronelli). Observe-se uma nota irônica conferida a alguns itens da relação, visto que nem todos esses artefatos contribuíam para uma memória celebrativa da cidade, como as masmorras, câmaras de suplício e, sobretudo, os leitos prostitutas. Mas a outra parte dessa “bagagem que, posta um dia para fora, mudará documentalmente o curso da História do Brasil” (p. 180-1), ganhou ao longo da trama um uso deslocado, voltado para o crime. O mesmo pode ser dito da descoberta maior, os próprios subterrâneos. Albanes Paes Leme e amigos, ao invés de revelá-la, esconderam-na e fundaram uma nova empresa, a de “amarrar São Paulo moderno ao horror de, de dentro da terra, provocar-se por meio de explosivos de raça o afundamento de arranha-céus como o Martinelli (...) se seus donos não quisessem pagar caro aos *gangsters*...” (p. 180).

No decorrer do capítulo 12 são esclarecidos os crimes do romance pela atuação dos Olhos Brancos no subterrâneo. Explica-se como a Cidade Lamas, “o paraíso gosmento do bicheiro-cristo-do-corcovado” construído na baixada do mercado novo, foi pelos ares, ou seja, através da instalação de “explosivos super-modernos, de baixo para cima nos alicerces”. Borborema esteve nesse subterrâneo sob o prédio de Lamas quando foi capturado e presenciou a morte do médico Estader. Lá houve uma ocasião “em que vozes lindas repetiam a minha voz. Eram ecos, pois ali a acústica era tonta, era vice-versa-o-contrário” (p. 185). Entende-se também que a cabeça de Clotilde Ronelli foi cortada por um dos bandidos, que não foi pego por causa de uma passagem secreta (alusão àquelas elaboradas pelos jesuítas)

diante de uma porta de pedra, ao sistema dos castelos de Santo Angelo, que quase à flor da terra ia sair na pedreira da rua ou avenida Anhangabaú. De dentro do chão, o *gangster*, premendo uma saliência na pedra, fazia girar um bloco maravilhosamente ajustado na rocha colossal (p. 180).

O esclarecimento desses crimes vem acompanhado de comentários do narrador acerca da moral duvidosa das principais vítimas, com efeito de lembrar suas personalidades e ações ao leitor. Um dos bandidos, “dado às farras familiares,

conhecia a garçone aviadora, e sabia-a riquíssima” (p. 180); ou então, sobre o bicheiro, “que crápula, esse lamacento Lamas!” (p. 185); e coloca no mesmo plano Albanes e Estader em contraposição aos filhos: “o destino é engraçadinho, e fez a pilhéria de Roberto se apaixonar justamente pela girl gostosa, a filha do dr. Estader, trucidado pelo futuro sogro de Helena” (p. 185). Os comentários se estendem a Abelardo Laurentino e Carapiá, que deportaram Severino “como comunista” para Três Lagoas, ignorando uma carta sua sobre a descoberta da passagem do Anhangabaú e com a ideia de que os Olhos Brancos atuavam no subterrâneo.

Somente após o seu retorno Severino procura Borborema para relatar a descoberta. Tal informação municiou Hugo Calazans, que já havia descoberto o carro com alfinete mencionado pelo detetive, a enviar uma “nuvem de secretas, disfarçados em operários de toda a espécie, infiltrar-se nos misteriosos subterrâneos dos bandidos, e cuja entrada, camuflada num patriótico poço de petróleo, era em Vila Prudente” (p. 189). Depois foi só prender “toda a quadrilha quando ela ia fugir de avião, seu único recurso” (p. 189), restaurando a ordem. Conquistados os subterrâneos e presos os bandidos, Severino e Borborema ganham o prêmio de cem contos oferecido pelo polícia. O primeiro usou o dinheiro para se casar e o detetive dividiu sua parte com os policiais de Calazans. Apenas Abelardo Laurentino se deu mal, pois se exonerou e foi transferido para uma cidade no “sertão virgem da fronteira do Estado” (p. 190).

### **Os subterrâneos da narrativa de João de Minas**

O efeito geral da narrativa policial, cujos elementos são sinteticamente retomados no capítulo final, é aproximar as duas imagens de São Paulo, a da superfície e a subterrânea, que aparentemente estariam dissociadas se fossem seguidos os preceitos do romance policial clássico. Mas em *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo* acontece um embaralhamento irônico que mina as premissas do gênero. Entendemos que isso se deve à experiência de João de Minas da Revolução de 30 (cf. nota 2), que aparece refratada como crítica anárquica a todo o sistema político-social (o vigente e o que foi derrubado), valendo-se de mecanismos próprios do humor como ironia, estereotipia e exagero.

Por um lado, os crimes dos Olhos Brancos, dirigidos contra a classe alta corrupta (da qual emergem), começaram a ganhar simpatia popular, base de uma legitimidade crescente, interrompida pela ação criminalística e censora da polícia, com ajuda do detetive protagonista. Portanto, os subterrâneos invisíveis, oriundos do passado remoto da cidade, e combinados com uma ciência de ponta, provêm poder a um grupo armado que, apesar de popular e midiaticamente visto como

regenerador, possui atitudes morais e objetivos sociais (o domínio da cidade) não diferentes da camada dirigente. Vimos que o romance oferece elementos para associarmos essa leitura ficcional à ruptura política em 1930, visto que Hugo Calazans / Laurentino veem na inércia de Júlio Prestes / Washington Luís a maneira errada de proceder contra bandidos que desafiam o governo. Talvez, para o escritor mineiro, se houvesse um Borborema para deter a tempo o movimento subterrâneo de 1930, talvez não irrompesse a Revolução, isto é, a conquista do Estado por bandidos, segundo a leitura da oposição perrepista do início dos anos 1930, da qual o autor fez parte.

Mas, por outro lado, João de Minas não defende em sua ficção um retorno ao passado, mas faz uma crítica intensa de ambas as elites. A narrativa evidencia que a São Paulo dos ricos e poderosos é tão ou mais corrupta ou devassa que a dos *gangsters*: os Olhos Brancos e o governo fazem tudo pelo poder, como mostra o raciocínio conciliador de Hugo Calazans; se um dos *gangsters* é devasso, Clotilde Ronelli também era; tanto Albanez quanto Lamas enriquecem com negociatas ilícitas, o segundo realizando-as com o governo municipal e com suborno à polícia (afinal, Albanez não foi combatido por aplicar o conto do petróleo, mas por desafiar abertamente a polícia); se os Olhos Brancos enriquecem pela extorsão de dinheiro dos donos de edifícios, Sérgio Estader faz o mesmo com os doentes pobres. Além disso, a força policial possui em seus quadros vários agentes corruptos e preconceituosos contra os pobres, valendo-se da autoridade para prender e bater indiscriminadamente. Borborema, sua tia e seus amigos Roberto e Helena, junto dos policiais, são personagens moralmente incólumes que contribuem para a manutenção de um sistema social, econômico e político viciado, com poder de definir quem é “bandido” ou não.

Ao mesmo tempo, a descrição dos subterrâneos por João de Minas barra qualquer recuperação mítica e celebratória do passado construído por essa elite paulistana. Seja porque alguns elementos “sexuais” desse passado a impedem (como os leitos prostitutas ou a sementeira de filhos de Fernão Dias), seja porque a identidade que liga passado e presente é esvaziada de sua função de argamassa coletiva. Isso é feito ao se explicitar derrisoriamente seu uso interesseiro (Albanez ou Laurentino) ou ironizar a atribuição do mito passado no presente (“os bandeirantes de cara cheia de pó de arroz dos nossos dias cinematográficos”).

Assim, para captar a atenção do grande público, João de Minas apropria-se de um tema caro ao imaginário popular paulistano – a existência de túneis subterrâneos desconhecidos – valendo-se de um gênero de massa numa linguagem exagerada. Mas, repleta de lances humorísticos, sua narrativa policial mina alguns preceitos clássicos do gênero ao representar uma polícia e a sociedade tão corrupta, fora da

lei e interessada no puro poder quanto os criminosos. Sua mensagem negativa e iconoclasta, pautada numa leitura perrepista dos eventos da história política brasileira de seu tempo, ressalta algumas polêmicas e mazelas sociais da modernidade à brasileira. Especificamente, o romance desmonta os discursos eufóricos de identidade paulistana ao colidir duas representações da metrópole: a oficial e hegemônica, que considera São Paulo “casa do Brasil, armazém de civilização em grosso e varejo”, com aquela outra noturna, subterrânea aos discursos mitificadores, que a concebe como a babilônica, desigual e contraditória “Canaã dos flagelados”.<sup>8</sup>

## Referências bibliográficas

- BARRETO, Lima. *O subterrâneo do Morro do Castelo*. (1905) Disponível em [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/subterraneomorro.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/subterraneomorro.pdf).
- BRUM, Ceres Karam. Narrativas cruzadas: Turismo, arqueologia e literatura. Território e memória em São Nicolau, RS. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007, p. 71-90. Acesso em 15 de maio de 2009. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1283/423>.
- FREIRE FILHO, Aderbal. Quem é esse cara? In: MINAS, João de. *A mulher carioca aos 22 anos*. Rio de Janeiro: Dantes, 1999, p. 211-266.
- HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- JANOVITCH, Paula Ester. O subterrâneo do Morro do Castelo: uma metáfora arqueológica. *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XIII, n° 138, 2000, p. 24-30. Disponível em [http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/138\\_03.pdf](http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/138_03.pdf).
- KESSEL, Carlos. Os tesouros do Morro do Castelo: o ouro dos jesuítas no imaginário do Rio de Janeiro. *Revista de História Regional*. Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 1997, p. 9-50. Acesso em 15 de maio de 2009. Disponível em <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr>.
- KESSEL, Carlos. *Tesouro do Morro do Castelo – Mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MINAS, João de. *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Americana Editora: 1936.
- PIRES, Clelia Simeão. *Violência, erotismo e transgressão: A grande arte. Um romance policial de Rubem Fonseca*. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, Pós-graduação em Letras Vernáculas, UFRJ.

<sup>8</sup> A primeira expressão abre o romance ora analisado, e a segunda aparece num artigo de meados de 1934 intitulado “Depois, miseravelmente depois”, do livro *Pelas terras perdidas* (1934). O texto é um balanço que o autor faz da sua obra *Jantando um defunto* e da trajetória do país entre 1924 e 1934, considerando sobretudo o papel da Revolução de 30 nos destinos de personalidades do cenário político como Juarez Távora, Júlio Prestes, Washington Luís, Arthur Bernardes, Getúlio Vargas e ele próprio, então residente em São Paulo.

- REIMÃO, Sandra L. *Literatura policial brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula. (org.). *História da cidade de São Paulo*. 1 edição. São Paulo: Paz e Terra (Patrocínio Petrobrás), 2005, v. 3, p. 555-585.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SANT'ANNA, Nuto. A Casa da Fundição. In: *Metrópole*, v. 1. São Paulo, v. 39. Coleção do Departamento de Cultura, 1950, p. 179.
- SCHMIDT, Afonso. Os subterrâneos de São Paulo. In: *São Paulo de meus amores*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (1954), p. 52-53.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Fapesp / Hucitec, 1997.

Recebido: 12/03/2010 – Aprovado: 02/03/2011